

TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

0:01:00 - ABERTURA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PELO IEMA

Chander Rian de Castro Freitas: Audiência pública para o processo de licenciamento ambiental da linha de transmissão Piraquê. Boa noite a todas e a todos os presentes, vamos dar início a nossa primeira audiência pública, desse empreendimento hoje. Nós teremos 3 audiências, hoje, amanhã e segunda-feira, hoje, a primeira audiência, o governo do estado do Espírito Santo, por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, IEMA realiza audiência pública para o processo de licenciamento ambiental da linha de transmissão Piraquê LT 500 kV João Neiva 2, Viana, 2 e LT 345 kV Viana, 2 Viana e municípios de Viana, Domingos Martins, Cariacica, Santa Leopoldina, Fundão, Ibiraja e João Neiva, processo de licenciamento 90248635.

Meu nome é Chander Freitas, eu sou agente de desenvolvimento ambiental e recursos hídricos do IEMA, sou mediador dessa audiência de hoje. Na minha suplência, nessa função o meu colega João Paulo Furtado de Oliveira e quem está realizando, elaborando a ata dessa audiência é Claudiléia Pereira de Carvalho Nobre, bom, eu vou começar explicando qual que é a dinâmica nossa, nessa audiência, essa noite. Nós começamos com uma breve apresentação minha sobre a participação pública no licenciamento ambiental no IEMA, após isso, a empresa ISA CETEP faz sua apresentação em relação ao projeto seguido da apresentação do estudo de impacto ambiental pela consultoria Dossel Ambiental. Após isso, nós passamos para o intervalo de 15 minutos e o debate com as perguntas e no final, o encerramento.

Bom, são 18 horas e 40 minutos, então nós estamos agora passamos a leitura das regras dessa audiência para o bom andamento dela. Todos que aqui se encontram devem assinar a lista de presença que está aqui na entrada, a duração da audiência de hoje é de 2 horas e 30 minutos, podendo ser prorrogada por mais 30 minutos, conforme o debate. Os interessados em formular perguntas, elas podem ser tanto escritas quanto orais, devem preencher a ficha de perguntas que o Francisco está com elas, então é só procurá-lo que ele está com as fichas de perguntas e com a lista de inscrição para as perguntas orais. Quem quiser fazer perguntas e inscritas, é só incluir o nome, qual é a pergunta e para quem ela se dirige, a pergunta pode ser feita tanto para o IEMA, quanto para a empresa, quanto para a consultoria que elaborou o estudo ambiental, nós vamos respondê-las conforme a ordem de chegada para as perguntas orais é basta colocar o nome e também dizer pra quem a pergunta se dirige, a gente passa depois do microfone, na hora, após todas as perguntas escritas serem caminha encaminhadas à mesa terem sido respondida, será espaço, será aberto espaço para as perguntas orais. Então, primeiro as escritas, a gente esgota elas, depois passa para as orais a depender da quantidade de perguntas da dinâmica, a gente pode ajustar alguma coisa nessa dinâmica, mas o procedimento padrão é assim. Importante salientar que a gente, só que somente serão respondidas questões que tratem do empreendimento em discussão nessa audiência pública, não havendo o debate sobre outros assuntos, nem de outros empreendimentos da região. Também alertamos que não

haverá um momento para se votar pela aprovação ou rejeição do empreendimento discutido nessa audiência. Sobre as perguntas orais, cada participante ao fazer a pergunta, terá 2 minutos para isso e o componente da mesa que aqui estiver respondendo, terá 3 minutos para dar sua resposta. Nós encerraremos o tempo de inscrição para a para os debates, após 30 minutos do seu início. A ata transcrita dessa audiência estará disponível no site do IEMA, que é www.iema.es.gov.br anexada a lista de presença e também das perguntas que forem feitas é a partir do dia 19/03/2024, ou seja, 10 dias úteis a partir de hoje.

Eu apresento agora a equipe técnica do IEMA, que é responsável pela análise desse empreendimento eu sou um dos componentes, Jefferson Carlos Novellino, João Paulo Furtado de Oliveira e Theone Valadares Soares, também temos presentes aqui hoje, Maria Salaroli, que assessora de projetos prioritários da nossa gerência e Takahiko Hashimoto Junior, o nosso gerente de controle licenciamento geral. Bom, agora vocês vão me ouvir só mais um pouquinho, que eu vou fazer apresentação sobre como é que funciona a participação pública no licenciamento. Perfeito, obrigado.

Bom, nós somos então da coordenação de petróleo, gás, energia e obras costeiras, então, é a equipe que licencia esse projeto, no caso aqui de energia.

Nova, terão? Só perto. Pontuação que? Perfeito.

00:05:05 - APRESENTAÇÃO INICIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PELO IEMA

Chander Rian de Castro Freitas: Bom, a gente sabe que uma chegada de empreendimentos em qualquer lugar ele gera expectativas por questões de qualidade, de vida, que a rotina pode se alterar de alguma forma e por isso que é importante que vocês estejam aqui hoje para conhecer totalmente, o empreendimento saber como isso pode alterar, impactar na rotina de quem mora, onde o empreendimento está se instalando. Por isso que a gente faz questão de que existam as audiências públicas, que elas sejam mais participativas possíveis.

É a licença ambiental, que é o ato final desse processo, ele é um ato administrativo, pelo qual o órgão competente no caso, IEMA, estabelece as condições, as restrições e as medidas de controle ambiental que devem ser obedecidas por quem está empreendendo, de forma a prevenir os impactos ambientais, realizar servidos, compensações etc.

Bom, quem precisa se licenciar são todas as atividades que utilizam recursos naturais e que posso já, como forma de causar degradação ao meio ambiente, necessitam de passar por isso, por esse processo de licenciamento, que pode ser mais ou menos complexos, de acordo com o emprego, o tipo de impacto que ele causa. E aqui a gente é para isso, conforme a complexidade, são vários tipos de estudos possíveis de serem feitos, no caso da linha de transmissão, ele é um empreendimento mais complexo, por isso que ele passa pelo estudo de impacto ambiental, que analisa vários fatores; faz um diagnóstico bem aprofundado, como vocês vão ver daqui a pouco

Bom, e aí? Então qual é esse passo a passo? Em que momento que nós estamos desse processo? Então, inicialmente, quando a empresa quer se instalar em algum lugar e realizar a sua atividade, ela faz uma carta consulta para o órgão perguntando qual tipo de estudo que ela tem que fazer é, qual o formato, que, desse estudo, do qual é e antes de fazer o requerimento, aí o órgão ambiental define qual estudo é, no caso aqui EIA RIMA, faz o termo de referência, que é onde ele fala, tudo o que deve ser estudado naquela região, tudo que deve ser diagnosticado e apresenta pra gente o estudo ambiental, que por sinal temos uma cópia disponível aqui na mesa ao lado, tantos estudos quando o relatório, que é a versão simplificada dele.

É, geralmente, o órgão pede algumas informações, foi o caso desse empreendimento também, e a gente passa para esse momento de hoje que está em vermelho ali, que é justamente a audiência pública que é a hora que a gente chama todo mundo para de discutir, dialogar sobre o estudo e o empreendimento. Após isso, o órgão ambiental vai deferir ou vai indeferir a licença ambiental e depois vamos acompanhar os condicionantes, acompanhar o controle, das medidas que foram impostas, então aqui que nós estamos hoje.

Após a emissão da licença, são várias licenças, a gente está aqui na fase então, anterior a elas, inicialmente, é, a gente trabalha com a licença prévia, que analisa a viabilidade da área, os aspectos locacionais e se o empreendimento é viável de se instalar naquela região. Nesse momento, ele ainda não pode executar nenhum tipo de obra nem um tipo de intervenção porque diz apenas sobre a viabilidade. Depois, com a licença de instalação se inicia as obras e depois na operação mais para frente que é o empreendimento em si.

Bom, a participação pública, ela é estimulada porque ela é um momento de envolver a sociedade nesse processo, tanto para é informar as pessoas, como também colher as opiniões delas, escolher quais são as questões que estão mais delicadas nesse processo, e aí, ajuda a gente a tomar as decisões necessárias, tanto na emissão da licença quanto depois do estabelecimento de condicionantes.

Então por isso que a gente estimula a realização das audiências, além da audiência pública, ela é uma das etapas em que a participação das pessoas ela é estimulada, e nós temos a consulta pública, para termos de referência que a gente é, colhe a opinião das pessoas sobre o que deve ser estudado naquela região. Temos os conselhos de meio ambiente, todos os municípios atualmente contam com conselhos de meio ambiente, que são também participativos, que todo mundo pode participar, e em alguns empreendimentos mais delicados a gente forma comissões de acompanhamento dessas licenças, para que a empresa preste contas periodicamente para as pessoas sobre como é que ela tá executando aquelas condicionantes, então é a além da audiência pública, como é o caso de hoje, que é garantido pelo nosso decreto.

Bom, então a participação pública, ela ajuda a dar transparência acerca das informações acerca do que a gente está estudando, acerca das decisões que o estado está se tomando. A gente também capta as expectativas e as inquietações das pessoas que estão envolvidas naquele lugar e também ajuda a gente a fortalecer o amadurecimento da comunidade sobre as questões

ambientais também. Então, é por isso que é participação de todos vocês aqui hoje, nós somos gratos e esperamos que seja um bom debate. Por isso, então, a gente pede a participação e muito importante, quem quiser tirar uma “fotinha” aqui desse slide, além desse momento de hoje, nós também recebemos por até 10 dias úteis, nós colocamos aqui esse prazo de 10 dias úteis no final da última audiência, por isso que ele está dia 25 de março. Quem desejar, pode encaminhar para a gente pelo e-mail participação publica, sem cedilha e sem acento, @iema.sp.gov.br contribuições que a gente responderá, e vai fazer constar também no nosso parecer final também as contribuições de vocês recebidas até esse prazo, ou também podem ser protocoladas, diretamente no IEMA.

Eu agradeço pela atenção de vocês para essa fase inicial e agora eu passo para Ana Beatriz, que vai apresentar pela ISA CTEEP, o projeto, obrigado.

0:12:28 - APRESENTAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Ana Beatriz Peixoto: Boa noite a todos e a todas, obrigada, Chander, é começo agradecendo a presença de vocês todos. Eu sou Ana Beatriz Peixoto, eu sou coordenadora de meio ambiente pela ISA CTEEP e estou representando o nosso time, que está aqui também ao final da apresentação, disponível para tirar as dúvidas e fornecer os esclarecimentos que sejam necessários para vocês é, vou fazer uma breve apresentação aqui da ISA CTEEP e posteriormente do projeto, na sequência, nossa consultoria ambiental, a Dossel vai trazer mais informações sobre o estudo ambiental e mais detalhes sobre o empreendimento e o processo de licenciamento.

Então acho que não passa perfeito.

Então, aqui eu trago um breve resumo do que a gente vai apresentar é uma fala breve e depois a gente vai ter oportunidade de se aprofundar um pouco mais, então eu vou apresentar o grupo ISA e na sequência eu vou entrar na apresentação da ISA CTEEP, que é a nossa presença no Brasil, para que vocês conheçam também um pouco mais da nossa empresa. Depois eu entro um pouco mais na apresentação do projeto em si, aqui a gente está falando do projeto Piraquê é trecho exclusivo aqui do estado do Espírito Santo, então, o que no projeto Piraquê a gente vai apresentar um pouco de como funciona o planejamento do sistema elétrico e de como se garante a confiabilidade do sistema elétrico, como funcionam os estudos para o planejamento de expansão, os benefícios do projeto, e também a gente vai falar um pouquinho sobre contratação de colaboradores que a gente sabe que é um tema, sempre é de muito interesse da comunidade por fim, a gente vai entrar nos cuidados que a gente precisa ter com a faixa de servidão, para que o projeto tenha segurança e a gente consiga seguir a operação do empreendimento e, por fim, trazer um pouquinho do cronograma.

Vocês estão me ouvindo bem, está com um “chiadinho”, mas se ficar ruim a gente dá uma ajustada.

Que iniciando brevemente aqui pela ISA CTEEP, a gente está falando o grupo ISA é um grupo que tem mais de 50 anos de história aqui na América Latina, então a gente está presente em diversos países aqui da América Latina, nossa sede fica hoje na Colômbia, é um grupo colombiano, além da Colômbia, a gente atua também na América central, no Peru, no Chile, na Bolívia e no Brasil, então é hoje o grupo ISA é a maior rede de transmissão de energia elétrica da América Latina. Então a gente tem quase 50.000 km de linhas de transmissão e linhas de transmissão, é o foco do nosso trabalho em todos os países e aqui na ISA CTEEP, que é a nossa participação brasileira, é o grupo ISA só atua com linhas de transmissão, então hoje nós temos 35 concessões de transmissão no país, e isso representa, presença em 18 estados, considerando tanto a operação quanto projetos que estão como projetos Piraquê em fase de licenciamento ou de instalação, é hoje cerca de 30% da energia do Brasil passa pelo nosso sistema e isso representa.

Opa. Acho que passou sem querer. Perdão.

Isso representa também no estado de São Paulo, uma participação muito grande, então, mais de 90% da energia de transmitida no estado de São Paulo, está nas nossas redes. Hoje o grupo ISA tem mais de 1.600 colaboradores, para justamente conseguir garantir a confiabilidade dessa rede, que é bem grande de transmissão, além de 137 subestações e mais de 31.000 km de circuitos de transmissão de energia.

Aqui a gente entra para mostrar para vocês um pouquinho dos nossos ativos em operação. Então, em falando exclusivamente de projetos em operação hoje, essa ISA CTEEP está presente em 17 estados, a gente tem 22 concessões que são 100%, ISA CTEEP, o que corresponde ali há mais de 20.000 km de linhas de transmissão próprias e 129 subestações. Então as outras estão em fase ou de licenciamento ou de instalação, e aqui a gente apresenta para vocês de forma breve, também um pouco do nosso portfólio em expansão, que assim como o projeto Piraquê, nós temos alguns outros projetos que estão sendo ou licenciados ou instalados em outros estados.

Então hoje são quase 3.000 km de linha de transmissão em fase de planejamento ou instalação e o que corresponde a 8 subestações o investimento ali é em parceria com ANEEL, uma parceria com o serviço público é de mais de R\$10 bilhões de reais. Então a gente tem projeto de Serra Dourada, no norte de Minas Gerais, 3 projetos no estado de São Paulo, que são os projetos Jacarandá, Riacho Grande, Água Vermelha, Minuano no Rio Grande do sul, o projeto Itatiaia, que está ali em Minas Gerais chegando até o Rio de Janeiro e também o projeto Piraquê que está tanto como a gente vai falar um pouco mais na sequência, em Minas Gerais e aqui no Espírito Santo, então agora a gente vai entrar no detalhe mesmo do projeto Piraquê, para que vocês conheçam o empreendimento e, na sequência, Dossel possa apresentar mais detalhes sobre o estudo.

Então, o projeto Piraquê, ele é proveniente de um leilão de transmissão, então ele é o lote 3 do primeiro leilão de transmissão de 2022. Então aqui a gente traz para começar um pouco do

caminho, da energia até a nossa casa, como funciona hoje o sistema elétrico brasileiro. A gente tem a geração de energia aqui no Brasil, basicamente proveniente de fontes renováveis, então a gente tem as hidrelétricas, os parques eólicos, fotovoltaicos, e essa energia que é gerada nessas fontes renováveis vão para uma subestação de energia, que vai altear a tensão dessa energia para que ela possa ser transportada em longas distância, e aqui entra o nosso trabalho, o trabalho da ISA CTEEP e entra o nosso projeto Piraquê na transmissão em longas distância dessa energia, gerada em alta tensão.

Então, a partir da transmissão, a gente consegue se aproximar das fontes consumidoras de energia, então a gente vai ter subestações de energia que vão ser rebaixadoras, elas vão abaixar a tensão dessa energia transportada em alta tensão nas linhas de transmissão e vão jogar na rede básica de distribuição, que aqui, no caso do Espírito Santo, vocês têm a EDP e chega aqui pra gente, tanto a energia que a gente está utilizando hoje, em escola, na nossa casa, então esse é um pouquinho de como funciona o sistema e onde a gente se encaixa exatamente em todo esse fluxo.

Então, aqui a gente entra também para trazer para vocês um pouco de como funciona esse estudo, de onde vem o caminho da linha de transmissão, então a linha de transmissão ela nasce num estudo de planejamento energético da empresa de pesquisa energética, eles fazem um estudo da demanda energética nacional. Eles geram um relatório, que nesse caso aqui foi denominado expansão da capacidade de transmissão da região norte de Minas Gerais e dentro disso, eles identificam a necessidade de instalação de um ou de mais de um projeto de transmissão de energia para escoar essa energia gerada e aproxima da gente aqui nos centros mais, é consumidores, então, a partir disso a EPE passa esse estudo para o Ministério de Minas e Energia, o Ministério de Minas e Energia solicita a elaboração de estudos mais detalhados, que aí vão avaliar é um aspecto geral, mas mais detalhado da parte ambiental, da parte fundiária e da parte técnica elétrica das linhas de transmissão para testar ou não a viabilidade de instalação desse projeto. A partir disso é, a gente vai para um leilão de transmissão que hoje é organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Então, nesse caso, foi o leilão 1 de 2022, que foi realizada em junho de 2022, esse lote foi arrematado pela ISA CTEEP. A partir disso, a gente deu início ao projeto, tanto a parte de estudos técnicos para o desenvolvimento do projeto quanto os estudos de licenciamento ambiental e cadastro indenizações fundiárias. Então, a partir disso aqui a gente traz, o lote 3 do leilão ANEEL 01, de 22.

Então ele tem estruturas em Minas Gerais e no Espírito Santo, que não são interligadas. Então a gente tem estruturas ali no estado de Minas Gerais, aqui estão em branco e tem estruturas aqui no estado do Espírito Santo. Esse projeto como um todo corresponde a 930 km de linhas de transmissão, sendo que desses 85 km são aqui, no estado do Espírito Santo, que a gente vai apresentar logo na sequência.

Então, aqui a gente está falando de 3,7 bilhões de investimento ANEEL, considerando lote como um todo e uma geração de mais de 7000 empregos diretos, dos quais aqui no Espírito Santo a gente prevê 700 empregos diretos e mais mil e pouquinho indireto que a gente apresenta também na sequência. Então aqui, falando dos benefícios do projeto, por que esse projeto é importante, por que nós estamos aqui, nesse momento de audiência pública.

Hoje o projeto, ele está relacionado ao esforço do sistema interligado nacional, então todo o sistema de geração e transmissão de energia elétrica, ele faz parte do sistema interligado nacional. Então toda vez que se identifica a necessidade de reforço nesse sistema, a gente tem uma linha de transmissão em leilão, então o projeto vem para diretamente beneficiar e reforçar o sistema interligado nacional, que vai colaborar diretamente para o fornecimento e fortalecimento do sistema de suprimento energético na região, especialmente para esse projeto, que chega em uma capital. Então aqui a gente está garantindo e aumentando o potencial de energia que vai chegar aqui na região metropolitana de Vitória e aqui na região.

Esse projeto também, ele faz sentido quando a gente olha para a agenda sustentável. Porque ele está escoando justamente a energia gerada em fontes sustentáveis; ele vem de parques fotovoltaicos, principalmente ali, tanto na região do Nordeste e indiretamente também no norte de Minas. Mas diretamente, é da região nordeste. E isso tudo, no fim, serve para trazer o desenvolvimento, tanto local quanto regional, porque sem energia, energia não está só na nossa casa, energia viabiliza a chegada de indústrias, viabilizar o crescimento mesmo da região, então isso é uma coisa que a gente sempre gosta de ressaltar.

Aqui a gente entra um pouco mais no detalhe, do projeto Piraquê em si, então a gente tem um projeto que está aqui, interceptando os municípios, de João Neiva, Ibiracu, Fundão, Santa Leopoldina, Cariacica, na pontinha, Domingos de Moraes, é perdão, Domingos Martins e Viana. De Viana ele vai para uma outra subestação também em Viana. Então, são 2 trechos de linhas de transmissão, que correspondem a 85 km de linhas de transmissão no total, considerando os 2 trechos e 2 tipos de tensão.

Então esse projeto maior aqui, o trecho João Neiva até Viana, ele está em 500 KV, que corresponde a uma energia em mais alta tensão e o trecho menor aqui embaixo, ele está em 345 KV, que é uma energia ainda de muito alta tensão, mas menor que a linha maior. E a gente tem um número estimado de torres de 185 estruturas. Aqui a gente entra também na apresentação do local dos canteiros, que é sempre uma dúvida geral. Isso puxa muito para a questão da contratação de colaboradores, então, o que a gente vai ter dois canteiros de obras nesse empreendimento. O primeiro canteiro vai estar localizado em Fundão e o segundo aqui em Viana. Caso alguém tenha interesse, depois, a gente pode voltar nesse slide para vocês pegarem uma foto aqui do endereço certinho, a gente volta tranquilamente, depois no momento de responder as perguntas. Então a gente tem, como eu já adiantei, no começo da apresentação, a gente tem a previsão de 700 empregos diretos sendo gerado pelo projeto e mil e quarenta e cinco indiretos, isso considerando todas as etapas da obra, então desde a mobilização até a conclusão e energização do projeto. A gente prevê que, no pico de obra, a

gente tenha cerca de 530 trabalhadores ali trabalhando, nesses diferentes canteiros e nos dois trechos de linha.

Aqui a gente entra um pouco no detalhe técnico, a gente fala sempre, quando a gente fala de linha de transmissão, um aspecto muito importante que a gente precisa considerar, a questão da faixa de servidão e por que, o que é a faixa de servidão?

A faixa de servidão é uma faixa definida ao longo do eixo da linha, ou seja, logo abaixo dos cabos de transmissão é necessário para segurança tanto do sistema porque quando uma linha de transmissão tem a sua circulação de energia interrompida, a gente tem uma queda de energia na região, então a gente precisa garantir a segurança desse empreendimento, tanto das pessoas, animais, equipamentos, então essa faixa de servidão, ela é calculada a partir de normas técnicas. Essas normas técnicas atendem parâmetros nacionais e internacionais, então a gente tem um projeto técnico de engenharia que ele é aprovado, pela Agência Nacional de Energia Elétrica, antes de ser instalado o estudo para garantir a segurança do sistema e das pessoas e além da faixa de servidão, a gente tem também a faixa de serviço, que é uma faixa menor de 5 m, que aqui eu não falei, que é a faixa de servidão, nesse projeto especificamente, pode ter até 80 m ou pode ser um pouco menor, dependendo da linha, e a faixa de serviço que vai ter até 5 m, é a faixa que a gente usa de fato para fazer a obra. Então, o trecho de terra ali embaixo das linhas que a gente vai usar para passar equipamento durante a obra exclusivamente, enquanto a faixa de servidão ela é está presente no empreendimento durante toda a operação.

Aqui a gente tem, trazendo essa questão dos cuidados com a faixa, é uma dúvida muito frequente, essa faixa de servidão não vai poder usar, não vai poder transitar? Não, pode. É a gente tem alguns cuidados que são muito específicos nessa faixa, pode ser utilizada e deve. Ela é parte da propriedade, segue sendo parte da propriedade, então a gente traz aqui que você pode ter cerca de arame, pode ter porteiros, desde que elas sejam aterradas e a gente é responsável por fazer isso durante as obras, então não tem qualquer tipo de risco a segurança em relação a isso. Pode ter circulação de veículos nas áreas, desde que eles não fiquem estacionados, mas não tem problema algum ter circulação de equipamento de máquina de veículo, também não tem problema ter sistema de irrigação localizado ou encanamentos, desde que seja feito com tubulação não metálica, então você também pode irrigar se tiver uma horta, tiver uma plantação, não tem problema algum ela ser irrigada, desde que não sejam com material metálico.

E aqui, quais são os cuidados, o que não é recomendado que se tenha na faixa de servidão para começar as queimadas, porque queimadas são um risco para transmissão de energia, a queimada desliga a linha, então a gente pede esse cuidado, e a gente está sempre atento com as nossas equipes de operação para que não tenha queimadas na faixa de servidão ou próximos a ela. Também não pode ter plantio de grandes árvores e aí entram, por exemplo, eucalipto, pinus, porque também são um risco ao sistema, isso pode causar desligamentos na linha, por isso a gente recomenda que não se tenha plantio de árvores de grande e médio porte. Também

não é recomendado que desempenhe atividades recreativas como içá pipa, balão, também por questões de segurança.

Aqui a gente traz um cronograma, cortou ali em cima, mas é para que vocês tenham uma noção, que partir do início do projeto, quando quanto tempo ele leva até ser concluído. Então a gente tem um cronograma, de previsão de obra de 18 meses a partir da mobilização. Então, a partir da mobilização, a gente entra nas obras civis, a gente estima e cerca de 5 meses para as obras civis. O que são obras civis? Ali, a parte de escavação, de fundação, de concretagem para que a gente possa, a partir disso, fazer a montagem das estruturas, até cerca ali do nono mês de obra. Na sequência, a gente inicia o lançamento de cabos e, por fim, o comissionamento. Comissionamento é o momento que a gente, da parte técnica, ambiental e fundiária, fazemos um pente fino na linha, vê se está tudo OK, tudo pronto para ela que ela seja energizada e por fim entregue a sociedade, para que ela cumpra o papel social, a função social, da linha de transmissão, que é da transmissão de energia. E quando é esse zero, a pergunta que todo mundo faz, a gente está hoje, como Chander muito bem explicou, no momento de licenciamento ambiental, então a gente está hoje buscando a LP, a licença prévia. Na sequência, a gente vai ter a obtenção da licença de instalação, se deferida pelo IEMA, claro, e a partir do momento que a gente tem a licença de instalação, a gente pretende iniciar obra. Então, o mês zero, ele depende diretamente do licenciamento.

E essa é a nossa apresentação, eu agradeço e passo agora também ao Daniel Cavalcanti, perdão, a Wesley da Dossel, é desculpa, que vai fazer a apresentação da parte da nossa consultoria. Obrigada.

Chander Rian de Castro Freitas: Só antes de passar aqui para o Wesley, avisar a ele também que eu vou estar controlando o tempo, são 45 minutos no máximo. Eu estou com uma plaquinha ali para te informar com 15 minutos, 10 e 5; eu tô com a plaquinha ali. Então, passo para Wesley, coordenador de projetos da Dossel, apresentar o estudo de impacto ambiental.

00:29:08 - APRESENTAÇÃO DO ESTUDO AMBIENTAL PELA CONSULTORIA AMBIENTAL

Wesley Duarte: Obrigado, Chander, é primeiramente agradecer a presença de todos vocês, tá, muito boa noite eu me chamo Wesley Duarte, faço parte do time de coordenação de projetos da Dossel Ambiental, que a empresa de consultoria ambiental contratada pela ISA CTEEP para fazer os estudos ambientais desse empreendimento e vou mostrar para vocês um pouco das características do estudo ambiental, toda a parte que envolve o aspecto ambiental, socioeconômico, meio biótico, entre outros

Bom, primeiramente vamos falar um pouco sobre a caracterização do projeto, não é? A Ana Beatriz já tratou um pouco, então eu vou dar um pouco mais, uma resumida e colocar algumas informações mais aprofundadas também.

Vocês estão me ouvindo bem, estão né? Obrigado.

Então, começando pela caracterização do empreendimento, onde a gente fornece informações do empreendimento necessárias para que vocês possam entender e compreender todos os atributos, as características do empreendimento, como já foi passado também, o trecho de João Neiva Viana, que é o trecho de 500 KV, ele percorre por todos os sete municípios interceptados pelo empreendimento, uma maior extensão aqui para o município de Santa Leopoldina, então, 44% da linha de Transmissão aqui no trecho de 500 kV passa aqui no município de Santa Leopoldina e o trecho de 345 kV, ele está totalmente inserido em Viana. Aqui, além da implantação das linhas de transmissão, o projeto também prevê a questão de melhorias e reforços em três subestações já existentes para estar recebendo essas novas conexões, então nós temos duas subestações em Viana que a Viana e Viana 2 e a subestação em João Neiva, e aqui nós trazemos um pouco das áreas necessárias para estar recebendo esses reforços e melhorias.

Trazemos aqui agora um pouco de forma sintetizada, as principais características técnicas do empreendimento, como já foi dito, algumas delas, como por exemplo, o trecho de João Neiva que é de 500 kV, nós temos uma extensão aproximada de 77,28 km, para o trecho de Viana-Viana, que é 345 kV 7,5km. A faixa de servidão, por trecho de 500, chegar até 80 m e para o trecho de 345 até 60, ambas as faixas, como foi explicado pela Beatriz, são de 5 m de largura, cento e sessenta e seis torres estão previstas para ser instalados no trecho de 500 kV e dezenove torres no trecho 345 para o trecho de 500 KV, são torres estaiadas e autoportantes, já para o trecho de 345 kV, apenas torres autoportantes. Aqui nós temos um desenho técnico que vai exemplificar para vocês a diferenças dela. A torre autoportante de uma forma é sintetizada, resumida, ela não necessita desses cabos, que são os estais para mantê-las em pé, elas se “autoporta”, é autoportante, só para vocês entenderem, um pouco das características e as diferenças.

Com relação às alternativas locais e tecnológicas, onde vamos apresentar para vocês todos os locais que foram estudados, as técnicas locais, de implantação que podem provocar menores impactos para instalação do empreendimento.

Então, foram avaliadas 3 alternativas de traçado, essa daqui, primeiro em roxo, ela é alternativa, considerada original que veio lá da EPE, que é a empresa de estudo de pesquisa energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a segunda a segunda alternativa, ela foi designada através de um refinamento a partir de restrições socioambientais identificadas e a terceira, ela é refinada a partir de dados secundários que são dados a partir de pesquisas, estudos e outros projetos e dados primários, que são levantamento em campo. Então, essas três alternativas elas foram baseadas principalmente para ter o paralelismo com uma com uma LT já existente aqui na região que é a LT do projeto Itaúnas. Então foram avaliadas essas alternativas com critérios técnicos e também socioambientais, critério técnico de engenharia e da parte de transmissão de energia para fazer a definição da alternativa preferencial. Então, foram avaliados ao total dezenove critérios entre o meio socioeconômico, biótico, e meio físico.

Para o meio socioeconômico são dez critérios avaliados. Como podemos destacar, por exemplo, a proximidade dessas alternativas com aglomeramento rurais e urbanos, a distância dessas alternativas para comunidades tradicionais, o paralelismo principalmente com as outras linhas de transmissão, o que você tem um ganho ambiental socioambiental também é melhor você ter uma linha paralela a outra do que ter uma linha que leva no mesmo trajeto em pontos diferentes, isso em termos de ganhos socioambiental, tanto fundiário como ambiental.

Para o meio biótico, foram avaliados cinco critérios, está podemos destacar, por exemplo, a distância desses traçados para unidades de conservação, a extensão dessas alternativas em relação à cobertura vegetal, ou seja, é quanto essas alternativas vão impactar na vegetação e, por consequência, na fauna e na flora.

Para o meio físico nós temos, principalmente, é foram quatro critérios avaliados, principalmente em relação às ondas de elevada declividade, como aqui, no caso da região, você tem é de uma botar um pouco na frente, como é a características do relevo aqui do terreno, a distância dessas alternativas para patrimônio espeleológico, que são as cavernas, cavidades à distância, a extensão dessas alternativas para a em corpos d'água, são os rios, ribeirões, lagos, lagoas e também interceptação em processos minerários.

Então, a partir da análise de todos esses dezenove critérios socioambientais, nós verificamos que a alternativa 3, essa alternativa aqui que está em amarelo, ela é a alternativa que tenha que apresentou o menor valor de importância e de impacto ambiental, ou seja, para os três critérios avaliados ela foi a que apresentou menor impacto, então para o meio socioeconômico essa alternativa, ela apresentou uma menor interferência em benfeitorias e propriedades, ela apresentou e uma menor extensão em quantidade de torres e um maior paralelismo com a LT já existente do projeto Itaúnas e também uma maior distância para patrimônios arqueológicos.

Com relação ao meio físico, essa alternativa, ela apresentou uma menor interferência em corpos da água e também em zonas de elevada declividade, para o meio biótico, essa alternativa apresentou uma menor extensão em áreas prioritárias para conservação e também uma menor extensão em cobertura vegetal e, conseqüentemente, um menor impacto sobre a fauna e a fora por conta da questão de intervenção na vegetação nativa, bom com relação as alternativas tecnológicas que elas são propostas, sempre que possível, para fazer para objetivar minimizar possíveis entendimentos, do projeto, tanto sobre os aspectos, os aspectos técnicos, econômicos, socioambientais, então, nós trazemos aqui para esse projeto algumas alternativas tecnológicas, como por exemplo, estruturas mais leves e modernas, isso como sendo uma inovação do setor de transmissão de energia no Brasil. Um alteamento de torres em pontos específicos com benefícios ambientais, então, quanto maior a torre é, mais alta for a torre mais alta é a distância do cabo em relação à vegetação e por, conseqüentemente, você diminuir, por exemplo, a realização de poda e outros impactos e também é otimização do diâmetro e peso dos cabos condutores para reduzir o número de torres, ou seja, quanto maior é esse diâmetro de cabo e quanto maior o peso, mais torres você tem que colocar em uma linha de transmissão

para poder suportar essa carga, então trazemos aqui também como alternativa tecnológica essa otimização para diminuir o número de torres e conseqüentemente, diminuir os impactos.

Com relação à definição da faixa de servidão que ela estabelecida por limites geográficos, é das áreas que podem sofrer intervenção direta ou indireta do empreendimento. Então nós temos três faixas, temos a área diretamente afetada, que é a ADA, que é a da área de interferência direta, que é AID, área de interferência indireta AII.

Com relação a ADA, é a área que pode sofrer interferência direta do empreendimento e as possíveis modificações do empreendimento, ou seja, ela vai compreender a própria faixa de servidão, como foi explicado pela Ana Beatriz, a subestações, onde vai sofrer as melhorias e reforços os acessos, a abertura de praças de lançamento, a abertura de praça de torres, a instalação de canteiros e também outras áreas de apoio.

Já a área é aqui, está cortando, não é?

Já a área de influência indireta direta, que é AID, ela é diferente para os meios físicos, bióticos, socioeconômico. Para o meio físico e biótico, ela é uma faixa de 250 m a partir da área diretamente afetada aqui, ou seja, ela vai ser uma faixa de 500 m totais. Já para o meio socioeconômico, ela é um corredor de 1 km, só que a partir do eixo central da linha, então a partir do eixo você tem 500 m de um lado e 500 m pro outro, e você vai ter aí um corredor de 1 km.

Com relação à área de influência indireta, AII, para os meios biótico socioeconômica, é definida como o polígono formado pelas ottobacias nível 7 interceptadas, essas ottobacias, elas são características hidrográficas, são definidas, é uma metodologia definida para fazer a definição dessa faixa para o meio físico e biótico e para o meio socioeconômico, ela é basicamente o limite dos municípios, então ela vai representar o limite dos sete municípios, interceptados.

E agora que a gente já tem um pouco da definição dessas faixas de estudo, vamos apresentar na sequência o diagnóstico ambiental da faixa de estudo, considerando todos esses impactos relacionados a ADA, AID, AII, onde vamos caracterizar a região que se pretende instalar o empreendimento, considerando os dados primários usados, secundários e dados primários têm que ter relação entre eles e após apresentar esse diagnóstico, a gente vai estar apresentando a avaliação dos impactos associados a todos esses meios e também a proposição de medidas e dos programas de controle.

Vamos começar pelos diagnósticos do meio físico, que basicamente ele vai abordar questões relacionadas a elementos do clima, rochas, relevo, solos, rios e as suas interações, onde se pretende instalar o empreendimento. Então, é com relação ao clima as condições meteorológicas, nós temos que, em relação à temperatura média, observamos que não tem grandes variações ao longo do ano aqui na região, onde os meses mais quentes se concentram em janeiro, fevereiro e com relação à precipitação acumulada, aqui é o regime hídrico da região, nós verificamos, uma variação bem expressiva, onde os meses que mais têm a precipitação acumulada, ou seja, que chove mais, é novembro e dezembro. Com relação à questão do relevo,

solos e recursos minerais, o empreendimento, ele está inserido em uma região de relevo que vai desde plano, uma região plana até escarpado, que é extremamente acentuada a declividade e a maior expressão disso está relacionada ao forte ondulado, quase 50% do empreendimento está nessa região. Aqui no vocês conhecem a região, ela tem é o relevo muito, muito ondulado aqui na região. Com relação ao solo, se destacamos aqui os principais solos que ocorrem na região, com destaque para o Cambissolo e Latossolo. Com relação aos recursos minerais, destacamos aqui as seis principais substâncias encontradas, com destaque para Granito e Areia. Com relação aos recursos hídricos basicamente relacionadas bacia hidrográficas, em nível 1, o empreendimento está inserido totalmente na Bacia Hidrográfica Litorânea do Espírito Santo e em nível 2 o empreendimento está inserido nas Bacias do Rio Santa Maria da Vitória e do Rio Jacu. Aqui nós temos estados principais, corpos hídricos identificados interceptados pelo projeto, que vai desde córregos, ribeirões, rios e lagos. Com relação as cavidades naturais, que são as cavernas e abrigos, a área do empreendimento, ela apresenta de baixo a médio potencial espeleológico, essa potencialidade ela está diretamente associada ao tipo de rocha que aflora aqui na região, principalmente a flora granítica. Então, foram identificadas seis cavidades nos arredores do empreendimento, estando as mais próximas localizadas a mais de 200 m do empreendimento, ou seja, não vai ter interferência direta nessas cavidades, nessas cavernas, nesses abrigos.

Agora que a gente apresentou todas características e análise é por meio físico, nós apresentamos os possíveis impactos ambientais relacionados. Então nós temos sete impactos ambientais previstos e podemos destacar, por exemplo, a indução, aceleração de processos erosivos, isso principalmente relacionada à questão do relevo aqui na região, assim como o carreamento de sedimentos sólidos, assoreamento de corpos hídricos, a própria geração de resíduos que podem ser que vai ser gerado durante as atividades construtivas do empreendimento. As alterações no nível de ruído a emissão de material particulado, conhecida popularmente como emissão de poeira, não é alterar alteração da paisagem, isso por conta da atividade de supressão de vegetação e interferência em jazidas minerais.

E para cada um desses impactos ambientais aqui nos estados, nós temos algumas medidas de mitigação, correção ou compensação dos impactos, onde você não consegue mitigar ou corrigir, então nós temos, por exemplo, essas medidas elas são associadas aos impactos ambientais e as medidas para controle e mitigação, correção e compensação, elas vão ser integradas em programas ambientais, ou seja, elas vão ser aplicadas através de programas. Podemos destacar, por exemplo, o controle do nível de ruído que vai ser gerado durante a atração do empreendimento, a fumaça preta e material particulado, onde vamos identificar principalmente as feições erosivas, realizar atividades de correção dessas feições erosivas, definir procedimentos operacionais de construção, padronizar recupera essas feições erosivas, gerenciar corretamente todo resíduo gerado, não é tanto de efluente líquido como de resíduos sólidos e, principalmente, também implementar canais e de instrumentos de comunicação entre o empreendedor e as comunidades, os órgãos públicos. Então, todas essas medidas aqui, elas

vão ser aplicadas através de programas de controle, como por exemplo, o programa de controle é, prevenção, controle e acompanhamento de processo erosivo, o programa ambiental da construção, onde vai trazer todas as características construtivas e os métodos construtivos para diminuir os impactos ambientais, o programa de gestão ambiental, o programa de recuperação de áreas degradadas, que está associado também ao programa de processo do Ivo, o programa de comunicação social e o programa de educação ambiental para os trabalhadores e comunidade.

Agora vamos falar sobre o diagnóstico do meio biótico, onde nós vamos separar ele em fauna e flora. Aqui vamos falar primeiro da fauna, que é basicamente o estudo dos animais. Então, o diagnóstico de fauna na área de onde vai, pretende instalar o empreendimento. Ele foi elaborado com dados de outros estudos ambientais já realizados na região e com a coleta de dados em campo. Então, na região, foram registradas 53 espécies de anfíbios, são as espécies de rãs, pererecas, sapos, é espécies de répteis, 36 de um morcego, inclusive tinha um agora há pouco aqui, 63 espécies de mamíferos e 169 espécies de aves. Com relação aos anfíbios, são 53 espécies de anfíbios que foram identificadas, sendo 37 endêmicas da mata Atlântica, ou seja, são espécies que só ocorrem aqui na mata Atlântica e 11 famílias identificadas como espécies ameaçadas, podemos destacar, por exemplo, a ocorrência da rãzinha do folhiço e a perereca, que é *Scinax kautsi*, que ela bem presente aqui também na região dos répteis são 42 espécies de répteis identificadas, 16 delas endêmicas da mata Atlântica e 18 famílias identificadas. Destacamos, por exemplo, cágado da serra, que é classificado como vulnerável, são 36 espécies classificadas como pouco preocupante, com destaque para jararaca, que ocorre bastante que também na região do empreendimento. Com relação à mastofauna terrestre, que são os mamíferos, foram 63 espécies de mamíferos identificadas, 7 delas são endêmicas da mata Atlântica e 22 famílias identificadas. Destacamos aqui o coelho do mato, que é uma espécie que está, é uma espécie endêmica da mata Atlântica e também está ameaçada de extinção. E os quirópteros, que são os morcegos, são 36 espécies distribuídas em 5 famílias e a presença de alguns morcegos aqui na região é muito importante, como por exemplo, apresenta do morcego-focinhudo, já falo porque a presença dessas espécies, elas mostram que aqui na região você tem uma grande quantidade de recursos disponíveis. Com relação à avifauna, que é o estudo das aves, nós temos 199 espécies identificadas, distribuídas em 46 famílias, 21 endêmicas da mata Atlântica e como vulnerável nos destacamos aqui a saíra-sapucaia e o tucano-de-bico-preto e aqui no Espírito Santo, através da lista oficial de 2022, nós temos 5 espécies catalogadas no estudo, com destaque aqui pro gavião-pega-macaco, gavião-pato, o jucuguaçu, saíra-sapucaia e o chauá

Aqui as considerações de as considerações relacionadas à fauna, nós temos que dos sete municípios alvos avaliados, dois deles se destacaram em relação à riqueza, que é Cariacica, Domingos Martins e ambos contêm a presença de unidades de conservação, a Reserva Biológica Duas Bocas, localizada na região de Cariacica, e o Parque Estadual Pedra Azul, localizado em Domingos Martins.

A Riqueza total, ela foi alta, com destaque para a ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas, conforme as listas oficiais, tanto aqui no estado, do Brasil e também do mundo.

Com relação agora ao meio biótico relacionada a flora, que é o estudo da vegetação, as árvores, os arbustos, etc., nós temos que o empreendimento, ele está totalmente inserido no bioma mata Atlântica, englobando principalmente remanescentes de floresta ombrófila densa, que são florestas densas, altas, indivíduos que chegam a 20 30 m de altura e muito rica em espécies vegetais e nos municípios interceptados pelo projeto Santa Leopoldina é o município que apresenta-se mais conservação desses remanescentes de vegetação, com quase 33% do seu território coberto por vegetação nativa, seguido de Domingos Martins Viana, Cariacica, Ibirapu, Fundão, João Neiva, João Neiva, por fim.

Com relação à classe de cobertura do solo, verificamos que a principal classe de ocorrência é a própria floresta ombrófila densa, com 38%, seguido de um mosaico entre agricultura e pastagem e a própria pastagem.

Com relação ao levantamento de espécies, verificamos 530 espécies distribuídas em 90 famílias botânicas. A forma de vida predominante dessas espécies é arbóreas, são as árvores, seguido de arbustos e herbácea. O levantamento, ele apontou 130 espécies de ocorrência rara com endêmica, sendo 125 endêmicas do Brasil, 5 endêmica no estado do Espírito Santo, onde podemos destacar, por exemplo, o caingá, as espécies de clúsia, isso o pessoal chama aqui de caingá-capixaba. Aqui nós temos as espécies ameaçadas de extinção, então foram 23 espécies com status de ameaça que foram levantadas no estudo ambiental, sendo 11 delas classificadas como vulnerável, 11 em perigo e 1 criticamente ameaçada. Aqui nós trazemos a lista completa, é onde aqui nós temos essa coluna, é as espécies ameaçadas no Ministério do Meio Ambiente, na lista do Ministério do Meio Ambiente em 2022 e aqui as espécies da lista oficial do estado, também de 2022.

Como considerações finais aqui da flora, a vegetação da área de influência do empreendimento, ela é formada principalmente por áreas antropizadas, como pastagens, macega, solo exposto, culturas agrícolas, principalmente café e banana e silvicultura, como eucalipto e seringueira. Aqui, um resumo do que a gente apresentou anteriormente, a ocorrência de mais de 500 espécies distribuídas em 90 família botânica e, em termos fitogeográficos, o empreendimento está inserido em domínio de floresta ombrófila densa.

Agora que nós temos aqui, todas as características do meio biótico, fauna e flora, nós apresentamos os impactos ambientais associados, então nós temos 2 impactos previstos, sendo 5 relacionados à fauna e 4 relacionados à flora e 2 relacionadas às áreas protegidas legalmente.

Então nós destacamos, por exemplo, a perda de indivíduos da fora com a prática de supressão de vegetação, a interferência em populações de espécies protegidas, o aumento de interferência em áreas de zona de amortecimento em dados, conservação, a interferência em reserva da Biosfera da mata Atlântica, alteração de habitats, que também pode ser, pode ocorrer o afugentamento de elementos da fauna terrestre, o aumento da incidência de

atropelamento e morte também de animais silvestres e para cada um desses impactos ambientais relacionados ao meio biótico, nós temos as medidas ambientais previstas, então como medida de prevenção, correção e mitigação ou compensação desses impactos, nós temos, por exemplo, estabelecimento de procedimentos de supressão para suprimir o estritamente necessário para instalação da linha de transmissão, execução de resgate de germoplasma vegetal, ou seja, você fazer o resgate de propágulos vegetais que possam servir, por exemplo, depois para fazer as atividades de reflorestamento, principalmente relacionada às espécies ameaçadas e compensação e a reposição florestal propriamente dita, desenvolver ações de educação ambiental junto com os trabalhadores e também com as comunidades, afugentamento e resgate e manejo de fauna terrestre para diminuir principalmente a incidência de acidentes ou incidentes com a fauna, definir procedimentos e fazer todo o monitoramento da fauna, tanto a fauna terrestre quanto a avifauna e todas essas medidas aqui elas são sintetizadas também programas ambientais podemos destacar, por exemplo, o programa de supressão de vegetação, onde vai ter toda a metodologia de supressão, todas as técnicas que vão ser aplicadas, o programa de reposição florestal, o programa de monitoramento de anticolisão da avifauna, o programa de monitoramento de quirópteros, que são os morcegos, o programa de monitoramento da fauna relacionada a fauna terrestre, o programa de resgate de germoplasma e os programas associados; onde vai ser trabalhado a questão da educação ambiental para os trabalhadores e para a comunidade.

Ainda sobre o meio biótico, nós vamos falar agora sobre a compensação ambiental e florestal, onde você tem uma ação, um conjunto de ações que visam o restabelecimento do equilíbrio ambiental em alguns locais e a compensação daqueles impactos que você não consegue mitigar ou excluir totalmente. Então nós temos e a compensação ambiental, ela é um instrumento de política pública, através da Lei 9.985, que instituiu o SNUC, né que é o Sistema Nacional de Unidades Conservação, onde ela exige que o empreendedor apoie a implantação ou a manutenção, mudar de ação.

O áudio acho que deu um problema, né? Ou não?

A compensação ambiental é um instrumento de política pública, dado através da lei 9.985 de 2000, que exige que o empreendedor apoie a implantação e/ou manutenção de Unidade de Conservação de Proteção Integral, em caso de significativo impacto ambiental. Então os recursos da compensação ambiental, eles vão ser prioritariamente destinados àquelas Unidades de Conservação que estão presentes no entorno do empreendimento, já a compensação florestal, ela vai ocorrer por meio do projeto de refletir de projetos de reposição florestal, onde ele vai quantificar a área necessária para fazer essa reposição, isso com base no quantitativo final que vai ser suprimido e com base também nos dispositivos legais pertinentes do estado e também a nível federal. Então o PRF, ele vai compreender ações é dos impactos relacionados à mata Atlântica os impactos relacionados às áreas de preservação permanente e reserva legal, espécies protegidas também ameaçadas de extinção.

Aqui, com relação às áreas protegidas, que são as áreas de interesse relevante, é de relevante interesse ecológico e protegidos por leis como um dado de conservação, corredores ecológicos é áreas prioritárias para conservação, nós temos que o empreendimento, ele intercepta três APCBs, MA199, MA195 e da Região Serrana. Com relação as unidades de conservação, não há interferência do traçado da linha sobre o interior de unidades de conservação, no entanto, o empreendimento ele tem interferência na zona de amortecimento do Parque Natural Municipal Rota das Garças, localizado em Viana, onde recebemos do município uma anuência, no ano de 2023 para estar fazendo essa interferência.

Agora, com relação ao diagnóstico do meio socioeconômico, onde vamos identificar a localização, a quantidade e modo de vida da população, a questão das características de renda, das comunidades tradicionais que estão inseridas na área de influência do empreendimento, com relação à população a região, ela tem uma população estimada em mais de 565 mil habitantes, uma densidade de 238 habitantes/km², uma menor densidade em Santa Leopoldina apesar de ser um dos maiores municípios interceptados, ela tem menor a menor densidade e maior densidade em Cariacica, que é o maior município em termos de população. Então nós temos que 69% da população, ela está inserida no município de Cariacica, seguido depois de Viana e a população está inserida principalmente na zona urbana, mais de 88% e apenas uma pequena parte na zona rural, 11%. Então nós temos que para o município de Cariacica e Viana, grande parte da população mais de 90% da população está inserida no município em área urbana, o que ocorre diferentemente em Santa Leopoldina e Domingos Martins, onde a maioria da população está inserida em área rural.

Com relação à educação, é foram identificadas 312 escolas públicas existentes nesses municípios, uma rede que conta com mais de 1800 professores e mais de 113 mil alunos. Com relação à situação econômica, o PIB da região, somando todo o Produto Interno Bruto dos sete municípios interceptados, ele é de mais de 165 mil reais, onde a maior participação vem de João Neiva, Cariacica e Viana e grande parte dessa renda, ela vem através dos serviços, 63% relacionados aos serviços, 20% relacionados à questão de administração, defesa, educação, saúde pública, 15% relacionados a indústria e 2% em relacionados à agropecuária. Com relação à saúde e segurança, verificamos nos estudos 20 principais pontos de atenção hospitalar, 4 na região central, 16 na região metropolitana e com relação à seguridade, verificamos 47 unidades de segurança, com destaque para Cariacica, que contém 23 unidades. Com relação aos projetos de assentamentos e terras indígenas dentro do território delineado para implantação do empreendimento, foram verificados 3 projetos de assentamentos, o PA Piranema e o PA Santa Clara e um projeto de assentamento estadual que é o PE Jucuruaba, aqui nesse quadro trazemos o projeto de assentamento, o município associado, o número de famílias e a distância para a linha de Transmissão, então verificamos que todos esses assentamentos estão distantes mais de 4 km do da linha do traçado do empreendimento, aqui, o PE Jucuruaba, ele está sem delimitação porque apesar dele estar constando na lista oficial do INCRA, ele nunca foi titulado e nunca foi delineado, então a gente não consegue verificar com toda a certeza a

distância do empreendimento, mas ele está mais de 4 km de distância do traçado da linha e com relação a terras indígenas, não foram identificadas as terras indígenas nas áreas de influência do empreendimento com relação aos municípios receptados.

Com relação à organização social das dos municípios, verificamos que a população está organizada socialmente por fundações privadas, associações e entidades sem fins lucrativos onde somam e totalizam mais de 1500 unidades na área de influência, então, são mais de 500, quase 600 unidades relacionadas à fundações privadas e associações e 923 de entidades, todas elas sem fins lucrativos.

Com relação ao patrimônio histórico e arqueológico nos municípios interceptados pelo empreendimento, verificamos 53 bens arqueológicos registrados, nenhum deles é interceptado diretamente pelo traçado da linha de transmissão. São 26 desses bens, em Cariacica, 11 Viana, 8 em Fundão também temos os achados arqueológicos, são 4 Ibirapu, 3 em Domingos Martins e 1 em Santa Leopoldina. Com relação aos bens de importância histórica e artística, são 4 localizados em Santa Leopoldina, 1 em Fundão, 9 em Domingos Martins e 5 em Viana.

Com relação ao diagnóstico participativo, de percepção ambiental, que é uma das atividades presentes no diagnóstico socioeconômico do empreendimento, onde ele procurou identificar e analisar as principais percepções socioambientais dos moradores de dez comunidades mapeadas. Então nós temos aqui os municípios e as comunidades onde foi feito, desenvolvido a metodologia do DPPA.

Então, através de todas as atividades, as ações com as comunidades, verificamos nove temas norteadores para serem trabalhados no âmbito do programa de educação ambiental junto a essas comunidades, podemos destacar a questão de recursos hídricos, recuperação de estradas, associativismo, licenciamento ambiental, educação, cultura, agroecologia, saúde e o fomento às atividades produtivas e geração de renda.

Então, após apresentar para vocês as características do meio socioeconômico, trazemos aqui os impactos ambientais previstos, com destaque para os destaques para os impactos ambientais de natureza positiva, como a geração de expectativa e incertezas na população como foi pontuado pelo Chander no começo da apresentação, quando a população ela fica sabendo de empreendimentos, os proprietários, ela causa nela incertezas tanto boas ou ruins, então por isso que é um impacto de natureza positiva ou negativa. Temos também como positivo o destaque para o aumento da oferta de postos de trabalho, como a Beatriz pontuou, vão ser mais de 700 empregos diretos, mais de 1000 empregos indiretos, a dinamização da economia. Porque o empreendimento, ele vai trazer a questão do uso de recursos, produtos e serviços, contratação de mão de obra aqui da região, então vai aquecer, dinamizar a economia um pouco mais e também a melhoria na transmissão também, como foi pontuado na apresentação da Beatriz, por conta do possível incremento na distribuição de energia elétrica e expectativa no aumento na confiabilidade do sistema e para os impactos de natureza positiva, nós temos ações que vão potencializar esses impactos.

E pelos impactos de natureza negativa, como por exemplo, a pressão sobre a estrutura é dos desses municípios de serviços essenciais, então, com a chegada de trabalhadores, você tem alguns impactos relacionados a essa pressão, nós vamos ter ações que vão mitigar, corrigir é esses impactos de natureza negativa.

Então, aqui nós temos todas as medidas ambientais, socioambientais, relacionados ao meio socioeconômico, onde nós temos, por exemplo, a contratação de mão de obra local, implementar canais de instrumentos de comunicação entre o empreendedor, a construtora e a comunidade, ofertar ações que de capacitação e informação, orientação e apoio aos trabalhadores locais, o cadastro fundiário e avaliação da faixa de servidão, a indenização desses proprietários, que tem as propriedades interceptadas, vamos estar realizando o monitoramento das expectativas dessa população, desenvolver ações de educação ambiental para os trabalhadores e também para as comunidades, desenvolver ações de comunicação social com todos os atores, implementar canais de comunicação e todas essas medidas ambientais elas estão relacionadas aos programas ambientais, com destaque para o programa de comunicação social, o programa de educação ambiental para trabalhadores e comunidades, o programa destituição da faixa de servidão administrativa, indenização de benfeitorias, o plano de alojamento relacionado aos trabalhadores que vão ficar alojados e o programa de priorização da contratação de produtos, serviços e mão de obra local.

Então nós apresentamos para vocês os impactos ambientais, associados as medidas e os problemas ambientais e a partir dessa discussão interdisciplinar desse diagnóstico, você vai fazer avaliação de tudo isso e propor atualizar as medidas e através das medidas, propor os programas para estar tratando essas medidas ambientais. Com relação à identificação das áreas de restrição à implantação do empreendimento, onde você verifica áreas sensíveis que podem restringir o projeto, o traçado, onde você faz uma avaliação, principalmente na fase de estudo do traçado.

Então nós temos cinco restrições que foram avaliadas, sendo elas, sítios arqueológicos, comunidades quilombolas, as cavidades naturais, que são as cavernas e os abrigos, áreas legalmente protegidas que são as APCBs, reserva legal, APP e a atividade aerodesportiva.

Aqui nesse quadro, nós temos a área de restrição e o grau de restrição estão quanto maior o grau de restrição, mais sensível a essa área e o empreendimento deve buscar desviá-lo dessas áreas. Então nós temos que para sítio arqueológico, comunidade quilombola, cavidades espeleológicas, o grau de restrição é GR2. Unidade de conservação, ele é o maior grau GR4, lembrando que o empreendimento não intercepta o interior de unidade de conservação. Zona de amortecimento, GR3. APCBs, corredores ecológicos, GR1. APP e reserva legal GR3. Atividades aerodesportivas GR3, que é o voo livre, GR3, para esta atividade aerodesportiva, voo livre, nós destacamos que foram identificados um total de 12 pontos extraoficiais de decolagem para prática dessa atividade, sendo um em João Neiva, 2 aqui em Fundão, 2 Santa Leopoldina, 5 em Cariacica e 2 em Viana. Então, os atores envolvidos nessa atividade de voo livre, eles vão estar presentes como público-alvo, tanto do programa de comunicação ambiental, o programa de

comunicação social e o programa de educação ambiental, onde vamos estar trabalhando temáticas relacionadas a esses atores. Nós nos reunimos com eles, fizemos pesquisas e para poder que esse empreendimento se compatibilize com essa atividade.

E como conclusão do estudo ambiental, nós temos que o empreendimento, ele é indicado pelo Ministério de Minas e Energia, a análise da viabilidade técnica do empreendimento ela foi baseada em diversos aspectos técnicos e socioambientais, como a condição ambiental da área de influência, a escolha do traçado considerando todos os locais interceptados, os impactos potenciais em decorrência do empreendimento, a adoção de medidas para prevenir mitigar e corrigir ou compensar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos acionados aos meios socioambientais.

Então verificamos que nenhuma dessas características socioambientais identificadas invalida instalação do empreendimento combinada com seus benefícios e a indicação da sua viabilidade. Indicamos a viabilidade ambiental do projeto de Transmissão é Piraquê.

Então agradeço a todos pela atenção. Aqui tá os contatos do time Dossel presente, o Daniel, Adrienne, eu vocês podem também estar entrando em contato com o nosso setor de atendimento através do nosso zero 800 ou através do e-mail ouvidoriadoseouvidoria@dosselambiental.com.br.

Chander Rian de Castro Freitas: Agradeço ao Wesley pela apresentação no tempo e agradeço também pela atenção de vocês, até agora. A gente está encerrando a primeira etapa dessa audiência, lembrando que perguntas só procurar o Francisco, também conhecido como Chicão, que está com as fichas de perguntas e também a lista de inscrições orais durante o intervalo e até meia hora depois, a gente vai receber, a pedido das perguntas ou pedidos de contribuições, a gente é lembrando que também aqui na entrada tem o folheto, explica, com algumas informações adicionais, que além das que já foram apresentados sobre a compatibilização do empreendimento com as atividades que existem e a gente volta daqui a 15 minutos às 20:00 obrigado.

Muito bem, são que horas agora: 20 horas e 5 minutos, vamos dar início à segunda parte da audiência. Já vou convidar aqui para compor a nossa mesa, então para as para o debate. Takahiko Hashimoto pelo IEMA, deixa eu pegar, vou ler na plaquinha aqui, não decorei todo mundo não. Pela empresa ISA, Henry e Ana Beatriz e pela Dossel Ambiental, Daniel e Wesley.

Bom, alguns lembretes para segunda etapa, a gente até meia hora daqui para frente, a partir de agora a gente recebe inscrições e perguntas. Lembrando que para fazer as perguntas, é preciso se inscrever ali com o Chicão, a gente recebeu até o momento 3 inscrições para perguntas orais, como não recebemos nenhuma escrita até agora, então a gente vai começar logo com as orais, mas quem quiser fazer escrito, ainda que tem oportunidade, só pedir a ficha para ele e ainda é o tempo para a gente fazer as orais.

Então, lembrando que a gente vai passar o microfone para pessoa que se inscreveu, a pessoa tem 2 minutos para formular sua pergunta e também para dizer para quem quer que responda,

tanto IEMA, quanto empresa, quanto consultoria ambiental, então é só falar o nome, a pergunta e quem você quer que responda.

01:07:47 - REALIZAÇÃO DOS QUESTIONAMENTOS DA PLENÁRIA

Chander Rian de Castro Freitas: Então vou começar a primeira inscrição, é do senhor Cláudio. A gente foi informado que não está mais aqui, mas só para registrar citar aqui mesmo, se não está, a gente passa para a próxima pessoa. Desculpa se eu ler errado, mas senhor Vanilso, é isso? Beleza. Pode ir, fica à vontade.

Vanildo: Boa noite a todos. Quero cumprimentar, é o pessoal do IEMA, e através do IEMA, cumprimentar todas as autoridades aqui presente, o nosso presidente, secretário do COMAN ali senhor Jefferson, é um prazer estar aqui participando e não sei se vai ser a pergunta adequada, mas eu queria saber por que foi relatado aí o projeto do e do da empresa e do IEMA É um projeto, ele relevante, é o futuro do Brasil, não é? A gente entende isso aí. O que a gente quer saber hoje se vai ser discutida aqui os impactos do produtor rural, porque se falou muito, aí impacto ambiental, impacto da empresa, crescimento do Brasil, crescimento da empresa, que vai trazer, gerar emprego. Eu quero saber como é que vai ficar, é o impacto do produtor rural, que é o marco principal que vai erguer esse projeto, onde vai ser implantado é um empreendimento da empresa com autorização do IEMA.

Chander Rian de Castro Freitas: Perfeito, pode ser para a empresa responder?

Vanildo: Eu não sei se vai ser entrado em discussão se o senhor não entendeu a pergunta que eu fiz, não é? Não sei se vai ser entrada, logo hoje em discussão com relação ao impacto do produtor rural, a indenização, os projetos é como é que vai ser? Como é que o produtor fica nisso? Que é a peça fundamental nesse projeto. Eu vejo por aí, eu sou o presidente do sindicato rural de Fundão e represento, é todos os produtores que vai ser impactado onde vai passar a linha de transmissão?

Chander Rian de Castro Freitas: Tá bem, obrigado, pode ser a Ana?

Ana Beatriz Peixoto: A gente agradece muito a pergunta do senhor, é uma pergunta muito pertinente, né? Também é uma das nossas maiores preocupações, é inclusive, a gente está aqui com o nosso time fundiário e desde o início do projeto, além do desenvolvimento do projeto técnico, de engenharia, além do licenciamento ambiental, que nós demos início aqui junto com o time do IEMA, a gente está trabalhando em campo com nossas equipes fundiárias, para primeiro fazer o cadastro de todos os proprietários, E o que que esse cadastro faz? A gente entende quais são todas as propriedades que são interceptadas pelo projeto é quais são as benfeitorias, e aí, benfeitorias a gente fala de né seja um paiol ou inclusive plantios, plantações, cafés, pé de café, que são muito comuns aqui na região, a gente entende qual é a interceptação que a nossa a linha tem nessas benfeitorias que a gente chama de reprodutivas, que são essas, é plantios, né? Sejam comerciais ou não, é? E a partir disso, a gente faz um cálculo de

indenização que é baseado em normas técnicas, então a gente utiliza para esse cálculo todos os parâmetros técnicos que são usuais no mercado, né? Nesse tipo de projeto e com isso a gente faz a negociação que a gente negocia caso a caso com cada proprietário.

Então é essa é uma das nossas maiores preocupações, né? Então, o que a indenização seja justa, seja Clara que não se tenha dúvidas a respeito da indenização. E o mais importante de tudo, é que ela seja feita especificamente para cada propriedade.

Então, por exemplo, na propriedade do, por exemplo, do João, a gente pode interceptar pés de café. A indenização dele vai ser diferente da indenização do Joao, que, por exemplo, pega numa pastagem. Então, essa é nossa maior preocupação, sem dúvida e o senhor tá super é bastante coerente, né? A pergunta do senhor a respeito do nosso projeto, que é um projeto linear e vai, sem dúvida, interceptar diversas propriedades.

Vanildo: É eu quero dizer, é complementando, se permitir, eu gostaria que quando fosse fazer essa negociação com o produtor, o produtor quer ser ouvido e com muita paciência, porque nós, produtor rural, nós trabalhamos a vida inteira em cima da nossa propriedade para criar a nossa família, nossos netos e a nossa sobrevivência. Hoje em dia e hoje está vindo uma empresa que está montando um projeto de alta relevância para o Brasil e desenvolvimento futuro, não é? E isso aí, a gente sabe disso perfeitamente. Todos nós somos cientes disso, só que nós também temos um pedacinho de terra onde paga os impostos direitinho, a gente faz os cadastros, a gente garante o IEMA, nós vamos ser impactado de uma maneira ou de outra, mas todos vão ser impactados, porque é um sistema represa, outro tem lagoa ou tem um, futuro do empreendimento também não é. Hoje nós, é a área rural, hoje está sendo muito urbanizada, pessoal da cidade estão vindo e a nossa área aqui no município de Fundão, aonde vai ser, vai ter um impacto, muitas delas são de um futuro muito próximo, entendeu? E eu, produtor, ele quer ser bem indenizado porque ele trabalhou a vida inteira e pagou seus impostos, como eu já disse e vem obedecendo as leis do governo, e ele tem direito de cobrar o valor daquilo merecido, do que segurou, estava e ele tem até hoje, então na hora de desses valores, ou vão ter que ser muito bem pensado. É como você disse, aí cada um é cada um, mas nós temos áreas e áreas, não é para ser estudada. Nós temos áreas, e aí tem impacto, impacto, todos esses que eu represento aqui no sindicato onde vai ser impactado, todos eles, tem áreas nobres, áreas de valores e tem que ser contado isso, né? Porque se preservou até hoje, durante a vida dele toda. Então ele tem, ele está, de estar aí esperando e tá meio ansioso. Eu tenho Cláudio aqui, mesmo que se inscreveu, aí ele saiu daqui até meio estressado, eu falei, calma, que com calma, a gente resolve. As coisas têm conversando, tem com diálogo porque nós estamos querendo resolver com diálogo, um tão querendo procurar a justiça e vai abrir processo. A gente quer os valores devido um de cada um, porque nós tivemos aí é indenizações aí, pré indenizações, com relação a essa empresa que nem vou mencionar porque vai chegar a hora da gente mencionar o que aconteceu, não é? E por isso é que a gente é, mas veio participar desse primeiro evento aqui para poder ser discutido isso com muito carinho. Eu peço isso aí com muito carinho perante aos produtor rural que estão aqui presentes e aqueles também que não estão. Muito obrigado.

Chander Rian de Castro Freitas: Obrigado pela questão. Passo para a pergunta do senhor Jefferson Oliveira.

Jefferson Oliveira: Pessoal, boa noite a todos, quero cumprimentar a mesa também, Takahiko, Chander e companhia que está aí. É uma pergunta bem simples, a gente, eu sou secretário de meio ambiente de Fundão, sempre a gente encontra o pessoal, os agricultores, pessoal que trabalha na, o pessoal do rural. Eles sempre esperam uma ajuda nossa, né? Do município de alguma forma, para que movimente a economia tal. A minha pergunta, eu percebi que não dentro do plano das PRFs aí, naturalmente vai ser necessário adquirir espécimes da flora, para recomposição de diversas áreas. E a pergunta, ela gira em torno disto. Essa. Esse ao adquirir esses, esses espécimes da flora, é possível priorizar os viveiros privados, por exemplo, dos produtores, é também, é sugerido também um impacto econômico positivo, né? Dentro destas situações, se for necessário, se for um sim de a resposta, é priorizar os locais, é fosse possível também o viveiro municipal, mas aí depende de lei. Primeiro, para ter verificado, e no pessoal da procuradoria, porque a gente tem também viveiros municipal e que ajuda também a comunidade. Ajuda é tem precisa convidar trabalhando nele e acabar ajudando também ajudando em um fundo de meio ambiente, que é revertido também para situações na comunidade, nas regiões também. E assim é tendo essa oportunidade de viveiros privados também, a empresa ou de alguma forma dar instruções técnicas e de forma prévia, informar isso quais são as espécies que que é possível ser introduzidas para que eles já possam antecipar, para que seus viveiros já tenham saída, com o propósito de plantação do viveiro e basicamente a saída para eles. Porque se juntar várias, várias propriedades pequenas, que tem regiões não produtivas, as mudas, se vocês tivessem tiver tempo pra fazer isso, informações técnicas de quais são essas o nosso viveiro também pode ter ajudado também nosso viveiro tem o pessoal que trago aqui, que conhece bastante sobre mudas da região, pode até ajudar.

Chander Rian de Castro Freitas: Pergunta para quem Jefferson?

Jefferson Oliveira: Não, para a mesa, né? No caso, seria mais para o pessoal da Dossel. Então é isso aí, a objetiva é essa, mais para promover a economia do pessoal da dos agricultores da comunidade, entende? Esse é o ponto principal. Um caso, não é não, caso não tenha suporte deles, não conte a cabe a quantidade de muda deles. Se fosse possível aproveitar o municipal.

Chander Rian de Castro Freitas: Perfeito.

Takahiko Hashimoto Junior: É Jefferson, é, já como padrão, a gente tem uma condição ante padrão que é exigido das empresas para a priorização de contratação, tanto de mão de obra local quanto de serviços também tá? Então dentro dessa condicionante, a empresa tem que comprovar ao IEMA que tem se esforçado, né? Para fazer a contratação de preferência de desses serviços locais, né? Então, obviamente acredito que a empresa vai levar isso como uma sugestão, né? De incluir é esse serviço especificamente dentro dessa condicionante, mas é a gente exige que a empresa comprove que tentou antes de fazer uma contratação para uma empresa de uma empresa de fora, né? Que ela tentou fazer contratações locais, né? Então, já faz parte das nossas exigências do licenciamento ambiental, vai, com certeza, vai ter essa

condicionante na licença, tá? Mas aí a equipe, a equipe da empresa podem, né? Complementar se.

Daniel Cavalcanti: Boa noite, é senhor secretário Jefferson Oliveira, certo? É boa noite, então é. Acho que complementando a fala do IEMA, com certeza não é. É, ainda estamos num projeto, numa fase bem inicial do projeto, nessa fase de plantio ou um pouco mais para frente, mas a Dossel tem pleno interesse em firmar parcerias para compra e produção de mudas. Não é? É não só porque é uma diretriz, é uma diretriz bonita, é o empreendimento também gerar empregos e dinamizar a economia local. Não só passar, mas também no caso de mudas em específico, é extremamente necessário. O custo da muda de transporte muda. Você trabalha com isso, é muito maior do que o de produção, então assim é, as vezes a gente passa a gente, a gente trabalha muito com empreendimento. Linha de Transmissão de energia elétrica no Brasil inteiro. E às vezes, a comunidade local não tem nem como fornecer o tanto de muda que a gente precisa. Então vou passar meu contato para você. É total interesse nosso comprar um dos locais por uma questão não só de princípios, mas é comercial mesmo. É muito mais caro, não tem inviabilizou trazer, por exemplo, essas mudas de Minas Gerais, para cá. O custo de transporte vai sair mais caro do que o preço das mudas, então, total interesse. Nós por favor, depois da audiência pública, a gente troca um contato. Adoraria ter conhecimento, não é dos viveiros que vocês têm na região. É, posso adiantar que, pela legislação estadual, as principais espécies são as que serão alvo do plantio. São espécies ameaçadas de extinção na apresentação do Wesley, ele já mostrou ali a lista das espécies, são 23 né Wesley? Que foram identificadas, o foco será naquelas espécies. Imagino que um pouquinho mais para a frente que aqui realmente faremos os contratos para aquisição, porque precisamos quantificar, fazer um projeto, passar por uma Câmara estadual, que inclusive, é da destinação devida, não é? É para essas mudas, mas é todos nós. Pode ter certeza que que de fazer essas parcerias com os produtores de viveiros locais

Jefferson Oliveira: Só uma “complementaçãozinha”, é o Takahiko falou, até que eu lembrei, né? Dessas condicionantes, não lembrava mais, acho que 2007 a 2010 eu fui responsável pelas licenças ambientais da do ETGC, né? Cacimbas, lá no andar de gás, e eu não lembrava dessa, realmente eu não lembrava dessas condicionantes é, e de fato tinha, não é? Então assim, mas o que acontece com relação aos viveiros, o ideal seria que se fez se fosse feito uma oficina, simples tipo, é como produzir essas mudas, qual a melhor forma de melhor adequação para fazer um mínimo necessário para um, ter um hábito, uma condição climática suficiente para o desenvolvimento dessas espécies. Entendo que seria o bom passar para eles uma oficina básica num dia que tiver uma equipe, estiver por aqui, na região já marca com uma oficina que é possível já, porque assim é muita área de mata ciliar até a recuperação, então, tem muitos pontos que a gente pode fazer uma recuperação de mata ciliar, de APP, vai ter um ganho de corredores ecológicos, um ganho ambiental é vai evitar erosão, enfim, vai ser muito bom para eles, que vão vender as mudas e muito bom pra imagem do município, do meio ambiente, enfim.

Chander Rian de Castro Freitas: Obrigado pelas contribuições, Jefferson. A gente passa para a pergunta do senhor Iury Borel.

Iury Borel: Boa noite é agradecendo as palavras do Vanildo ali, puxando o gancho nele é do que que ele trouxe, que é muito importante. Ele falou de uma coisa muito interessante para nós, produtores, que é o valor. Não é o valor mesmo do que que a gente está produzindo no dia a dia das conquistas. São famílias e famílias que passam por isso e às vezes, isso está lidando diretamente com quanto que vocês dão de valor pelo que o produtor tem um valor. Então, a minha pergunta é assim, talvez são duas perguntas, né? Uma especificamente nisso que, como você sugere que o produtor possa averiguar o real valor da sua terra né, afetado ou o que que na prática, ou como que na prática, vai funcionar e a renegociação? A partir do momento que vocês falam o valor, que não necessariamente é o tamanho do dano que o produtor vai vir a sofrer, aí a gente precisa entender isso. Assim, falar para o produtor, como que isso pode acontecer, não é? Quais as medidas podem fazer?

Chander Rian de Castro Freitas: Você tem outra pergunta aí Iury? Junto.

Iury Borel: É sobre como que vocês vão fiscalizar, é os programas de reflorestamento e os demais programas. Se quem faz isso é o IEMA ou se é a gente, ou se é outra parte de de órgão que garante o cumprimento desses mesmos, assim, dos projetos.

Chander Rian de Castro Freitas: Ok, obrigado. Então a primeira para a ISA e a segunda para o IEMA.

Ana Beatriz Peixoto: Perfeito. Obrigada, Iury, para a primeira pergunta, eu vou convidar o nosso time de fundiário para trazer uma explicação um pouco mais detalhada e consegui te esclarecer a dúvida.

Carlos Calixto: Iury, muito obrigado por sua pergunta, eu acho que é muito pertinente e até para deixar mais claro para todos.

É quando a gente parte para um momento de negociação, onde a gente já trouxe todas as etapas que a Ana Beatriz já comentou de cadastro, o proprietário identificação, a gente faz a avaliação dessa área, né? Então essa avaliação é pautada em uma norma da ABNT e apresentação de valores, tá muito pautada nisso, então a gente traz a precisão de valores para o proprietário, baseada na avaliação que nós temos da região ali, da área específica, do que está sendo atingido, da forma como a propriedade é impactada pela linha de transmissão. Então tudo isso é levado em conta a sua pergunta sobre como um proprietário pode avaliar esse valor que é proposto a ele.

É claro que essa avaliação feita por parte da empresa de uma pessoa especializada, toda a norma sendo seguida, mas o proprietário também, ele pode ir e, claro, se for do interesse dele, procurar um especialista que avalie, traga uma conta proposta. A gente vai estar aberta uma negociação, mas eu reforço isso. A gente é pautado, essa proposta feita ao proprietário, ao valor daquilo que é atingido EE que está sendo indenizado ao proprietário, é pautado numa avaliação como a norma técnica, então, da mesma forma, se o proprietário sentia vontade de procurar um outro especialista para avaliar e trazer para nossa proposta o caminho da negociação é aberto desde o primeiro contato tá. A sua outra pergunta era?

Chander Rian de Castro Freitas: A outra é para o IEMA.

Takahiko Hashimoto Junior: A licença ambiental vai ser emitida pelo IEMA e vai ser também fiscalizada pelo IEMA, tá?

A licença ambiental, ela vai conter, ela tem é um documento administrativo autorizando aquela fase do empreendimento. Então nós temos três fases, né? A licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A prévia é basicamente um documento falando da viabilidade daquele empreendimento, mas não autoriza a empresa a se instalar, nem operar. Já a licença de instalação, ela vai vir com condicionantes específicas para a fase de instalação, né? Então é a geração de resíduos, por exemplo, nesse empreendimento vai ser mais significativo nessa fase de instalação do que vai ser, do que na fase de operação, né? Então vai, vão vir condicionantes específicas para a geração desses resíduos. Então, ao longo e assim que a empresa conclua as instalações, ela requisita a licença de operação. A gente faz análise e acompanhamento dessas condicionantes da ele estiver tudo certo. A gente autoriza a operação, tá?

Essas licenças, elas vêm com uma série de condições para a empresa, né? Que a gente já habitualmente chama de condicionantes, então condições, por exemplo, essa questão de priorizar a mão de obra local, priorizar é contratação de serviços, é locais, é programas de comunicação com a sociedade. A gente exige que eles tenham um meio de comunicação onde vocês, a população, possa entrar em contato com eles para fazer qualquer reclamação ou sugestão. É condicionantes é em relação à supressão vegetal, quando isso é necessário, é resgate de fauna, né? Quando necessário. Então a gente vai ter uma série de condições para eles instalarem, operarem ao longo da validade delas, dessa licença, o IEMA vai realizar, realiza, fiscalizações, campanhas de fiscalização e também algo é várias dessas condicionantes, vem com prazos para que a empresa comprove periodicamente que está cumprindo essas condicionantes, né? Então é, temos algumas condicionantes de que anualmente a empresa precisa apresentar documentação para o IEMA para verificar para que o IEMA possa verificar se ela está vem atendendo ou não. Então a gente vai fazendo um acompanhamento ao longo do da validade dessa licença.

No caso da licença de instalação, geralmente ela está limitada ao tempo que a empresa informa que vai ser necessárias obras, mas ela pode ter é, pode ter até 4 anos e ao fim das obras, eles pouco antes do fim das obras, eles nos comunicam que vão, que vai estar finalizando. A gente vai em campo verificar, né? Está tudo certo, se cumpriu as condicionantes para poder a autorizar a operação, e também na licença de operação vai ter as condicionantes que a gente periodicamente a operação, espera-se que vai ser por muitos anos, então periodicamente eles vão a cada 6 anos eles vão ter que requerer uma nova licença. A gente revisita todas as condicionantes, faz ajustes quando necessário e todo esse controle é feito pelo IEMA, tá?

Chander Rian de Castro Freitas: Ok. Obrigado, Luan, perdão, lury, obrigado pela questão. A próxima pergunta é de Luan Éricles.

Luan Éricles: Boa noite a todos, é cumprimentar a banca, o IEMA, o pessoal da ISA e também a consultoria, eu sou Luan, sou representante hoje estou representando a cidade de João Neiva, não é, inclusive sou a única pessoa da cidade, João Neiva aqui, e representando também a única comunidade que aparece no estudo ambiental de vocês, que é o bairro Crubixá.

Acho que vocês puderam perceber que no bairro a gente tem algumas carências, é, inclusive, até mesmo da ausência do próprio Estado no bairro, isso enfraquece a nossa comunidade no sentido de ti também. Não tem uma organização, uma estrutura, é uma associação propriamente dita, então a gente é hoje vamos se dizer que é uma comunidade mais passiva, e por que que é importante vocês entenderem isso?

Porque a minha pergunta vai ser relacionada a como vai ser desenvolvido um plano de ação dentro do programa de comunicação e dentro do programa de educação ambiental, de que forma isso vai ser construído para que ele aconteça de forma efetiva e que ele chegue de fato nos comunitários? Porque, como eu disse, é uma comunidade mais passiva, então dificilmente as pessoas ou vão procurar ou vão se informar, ou vão chegar junto da comunidade, seja da consultoria, ou seja, do empreendimento, para trazer alguma situação.

Então, eu me coloquei nesse lugar para representar a comunidade e essa é minha área de trabalho também, né? Eu sou biólogo e também trabalho com essa questão dentro da área de mitigações e programas de educação ambiental e afins, e me coloquei nesse lugar pra gente conseguir também observar e entender se essa educação ambiental e se essa comunicação ela vai acontecer de forma efetiva.

Por que que eu digo isso? Porque hoje existe um mito, é algumas pessoas, eu falei que eu estava vindo para cá, e aí eu ouvi isso e acho que isso acabou se tornando um mito. Assim, dentro da comunidade, que é que a comunidade vai ser expulsa, né? As pessoas comunitárias do bairro vão ser expulsas do bairro para o empreendimento chegar se estabelecer no local. Enfim, é óbvio que isso não vai acontecer, até porque está muito claro através do estudo, mas é o que eu estou dizendo, existe um ruído através da comunicação, existe um ruído de como as comunidades, como as pessoas, recebem as informações.

Então, nesse sentido, a minha pergunta é, como, de que forma esse plano de ação que vai ser desenvolvido através desses programas vai ser de forma efetiva mesmo da comunidade, a comunidade vai entender de forma transparente, de forma clara? É repetindo, é uma comunidade mais passiva, a gente vai ter que começar todo uma força para a gente também entender junto, eu acho que é um empreendimento que chega para somar, porque, como eu disse, a gente tem algumas carências. Acho que se tiver uma boa intenção, se tiver um trabalho interessante, se a gente somar as atitudes certas, de repente que uma equipe certa, acho que a gente consegue, é, realizar essas ações e essas formas mais transparentes de comunicar a comunidade.

Então, seria mais nesse sentido, como que vai ser realizado essas linhas de ações para que a informação chegue de forma clara, de forma transparente? E se vocês precisarem de apoio, é

claro, me coloco à disposição, em especial para a consultoria. Aí é se a gente pode conversar um pouco, dialogar e trocar um pouco da experiência que eu tenho. Acho que também seria interessante para vocês, uma vez que é também existe uma intenção de contratar mão de obra local, então eu acho que me colocar nesse papel, eu digo, eu encontro representantes da comunidade para estar junto com vocês para a gente dialogar e levar isso de forma clara e transparente.

Eu acho que todo mundo precisa sair ganhando, né? Possível, a gente vai todo mundo ser expulso da comunidade, isso não existe, mas é como também a gente leva isso de forma para que a comunidade entenda um estudo ambiental. Como que a gente vai levar isso através de um programa de educação ambiental, por exemplo? Obrigado.

Chander Rian de Castro Freitas: Obrigada, pela pergunta Luan, vou passar para a consultoria responder e durante a resposta da consultoria, a gente vai encerrar as inscrições, né? Por já termos 30 minutos nesses debates, mas enquanto a consultoria responde, quem quiser se inscrever ainda só levantar a mão para o Chicão, aí então passo para consultoria.

Daniel Cavalcanti: Luan, boa noite. Primeiramente, muito obrigado pela sua intervenção. Acho que ela contribuiu bastante, como você falou, a sua presença aqui, acho que é até simbólica sobre a qualidade do estudo que foi desenvolvido. Identificamos a comunidade como a comunidade sensível. Ela é próxima ao empreendimento, então foi por isso que a gente identificou e fomos conversar com vocês pessoalmente para identificar as carências necessidades da comunidade, os anseios. Então, no nosso estudo nós já verificamos que é uma comunidade que a gente vai ter que fazer um trabalho específico.

É nesse momento a gente não está no momento de desenvolver ações e programas, não é? A gente só fez a identificação da comunidade, né? Conversamos com vocês, entendemos os anseios e vamos sim, vou retornar após, né? É um momento de, após emissão da LP, ser for concedida para desenvolver os programas. Nos programas, a gente não chega descendo o que será executado para vocês. A gente ouviu vocês também, né? Então, tem várias formas a gente trabalhar em parceria e que serão dialogadas com vocês no próximo momento.

Então, coisas que a gente pode fazer em parceria, como exemplo, né? Pra não ficar só no superficial, na subjetividade, mas podemos é ajudar vocês a produzir as mudas que nós serão adquiridas, nós podemos identificar quais são as habilidades que vocês têm como profissionais, ajudar vocês a fazerem currículos, encaminhar o currículo de vocês para os canteiros de obra que estão contratando para dar mais chances de vocês serem absorvidos pelos postos de trabalho que serão gerados aqui, que a ISA CTEEP apresentou, nós podemos é trabalhar com comunicação social, educação ambiental para ajudar vocês a desenvolverem melhor ao meio que estão vivendo, os recursos que você tem disponíveis e, principalmente, mitigar as incertezas. No caso da sua comunidade, além de transmissão, não vai passar em cima dela, né? Ela passa próxima, mas não passa ninguém será deslocado.

Essa é a principal percepção que a tua comunidade mais sente sobre o empreendimento, é o maior fluxo de caminhão e máquina, isso será sentido pela tua comunidade. Provavelmente a gente vai estar lá para avisar quando vai começar e quando vai terminar, mas, sem dúvida, foi uma comunidade que a gente selecionou e que nós vamos desenvolver programas específicos com vocês. Nesse sentido então, pode pegar meu telefone ao final da apresentação, né? Do Wesley, nós estaremos aí junto com vocês nesse momento.

Ana Beatriz Peixoto: Oi Luan, eu gostaria também de complementar quando você traz essa questão da preocupação da comunidade de que haja a remoção da comunidade, que quando a gente fala de linhas de transmissão diferente de algumas outras tipologias de empreendimentos, né? Como por exemplo, uma usina hidrelétrica tem a barragem, né? Para linhas de transmissão, a gente não tem a previsão, pelo menos não nesse projeto de remoção de comunidades, né? Então, as intervenções que podem acontecer são pontuais, eventualmente, uma benfeitoria. Outra, né? Não necessariamente na comunidade de vocês, mas são extremamente pontuais, muito devida ao tipo mesmo de empreendimento, né? Que é um empreendimento que ele tem uma faixa de passagem, mas que ele não é amplo lateralmente, então isso é importante e é muito bom que você já tenha essa clareza e com certeza, reforça pra gente o alerta para que isso seja reforçado, né? É tanto previamente à instalação, né? Desde agora, nesse momento que a gente está, quanto também durante a instalação dentro dos programas de comunicação social educação ambiental. Então a gente agradece a mesma pergunta, e a intervenção que você fez. Obrigada.

Chander Rian de Castro Freitas: A gente agradece pela resposta e reafirmando, né? Isso vale não só para a educação ambiental como para todos os outros assuntos. Tudo que é diagnosticado e que é considerado um impacto significativo relacionado ao empreendimento, possivelmente depois vai ser conteúdo está condicionante, né? Então, por isso que a gente faz esse diagnóstico tão minucioso. Vou tentar falar mais alto que a chuva um pouquinho, né? Mas a gente já não recebeu mais inscrições, a gente agradece a participação de vocês até o final. Hoje é reforçando o que a gente vai receber outras contribuições por e-mail até o dia 25 de março, pelo e-mail participacaopublica@iema.es.gov.br. A ata vai estar disponível no site do IEMA em até 10 dias úteis. A gente pede a colaboração de 5 pessoas para no final assinarem a ata dessa reunião de hoje e eu passo a palavra para o nosso gerente da Takahiko fazer o encerramento da audiência.

01:39:03 – ENCERRAMENTO

Takahiko Hashimoto Junior: Bom, pessoal, a gente não teve um quórum tão grande hoje, né? Poderíamos ter uma participação de mais pessoas, mas essa etapa do licenciamento ambiental é muito importante para a análise do órgão ambiental, é um momento que a gente sente a percepção da comunidade sobre os impactos. É uma oportunidade da empresa apresentar todas as vantagens e desvantagens do empreendimento. Mas a gente agradece muito a presença de todos aqui, como o Chander disse, aqueles que não puderam participar, mas que vocês sabem

que têm dúvidas sobre o empreendimento, o senhor que saiu, né? Cláudio, por exemplo, todas as contribuições, dúvidas que foram encaminhadas por e-mail, a gente vai fazer um levantamento de todas elas, vai classificá-las por tipo de pergunta e a equipe técnica do IEMA vai avaliar todas, aquelas que forem necessárias algum esclarecimento adicional pela empresa, gente também vai encaminhar, tá? Então todas elas vão ser levadas em consideração dentro do processo de gerenciamento ambiental, tá? Então eu peço que todos participem, continuem participando mesmo fora da audiência aqui, tá? Agradeço a presença de todos e encerro a audiência.